



Celia Satil



O vereador Eliomar Coelho, que propôs a Comissão, critica a formação da CPI e reafirma a importância das manifestações populares

## Senge-RJ critica formação da CPI dos Ônibus

Sindicato declarou apoio ao vereador Eliomar Coelho

Página 5

### TERCEIRIZAÇÃO

## CUT impede votação do projeto sobre terceirização

Página 3

### PRESSÃO POPULAR

## Prefeitura decide tombar Aldeia Maracanã e Escola Friedereich

Página 3

Claudionor Santana



## ENGENHEIROS VISITAM ESTANDE DO SENGE-RJ NA FEIRA CONSTRUIR

Página 8

### NEGOCIAÇÃO

## Fechadas pautas especificas do setor elétrico

Página 7

## O retrocesso da PL 4330/2004

O projeto da legalização das terceirizações configurado na PL 4330 é mais um caso escabroso de retrocesso nas relações de trabalho e faz parte de uma tentativa geral das forças de mercado em avançar nos direitos dos trabalhadores. Esta onda de mercantilização geral já vinha se manifestando de diversas outras formas, como a intensificação da exploração e da precarização do trabalho, nas tentativas de flexibilizar a CLT para diminuir os custos das contratações, etc. Com as manifestações de junho algumas dessas ofensivas foram temporariamente suspensas aguardando novas oportunidades. Não é por acaso que a tentativa de legalizar as terceirizações volta a tona.

As manifestações feitas pelas centrais sindicais em Brasília conseguiram algumas vitórias temporárias. O projeto teve momentaneamente sua votação adiada. Ainda não está definida se a votação será na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara ou se no próprio plenário.

O ponto nevrálgico deste famigerado projeto é seu artigo 4º, que prevê a ampliação das terceirizações para as atividades-fim e não apenas para funções intermediárias. Caso este artigo seja aprovado todos nós conhecemos seus resultados. Diminuição da qualidade dos serviços, redução de salários e benefícios, aumento dos acidentes de trabalho e outros efeitos negativos para os trabalhadores. É por tudo isto que a rejeição de projeto tão nefasto deve ser rejeitado e definitivamente enterrado.

## O que é Libra? O campo de petróleo de Libra não é conhecido por interesse do capital internacional

PAULO METRI\*

Se uma pesquisa de opinião fosse feita, a nível nacional, com uma única pergunta: “O que o Senhor (ou Senhora) acha do leilão de Libra que ocorrerá no dia 21 de outubro?”, certamente, uns 95% dos pesquisados responderiam: “O que é Libra?” O campo de petróleo de Libra não é conhecido por interesse do capital internacional que quer a população desinformada, possibilitando, desta forma, que esta verdadeira privatização camuflada ocorra. Esta blindagem de informações extremamente relevantes para a sociedade ocorre graças ao controle total exercido pelo capital sobre a mídia comercial.

Libra é um campo de petróleo com cerca de dez bilhões de barris recuperáveis, podendo chegar até a 15 bilhões, que fica em alto mar, a cerca de 180 km da costa, na chamada bacia de Santos. Supondo confirmados os 15 bilhões de barris para o campo e o preço do barril sendo US\$ 110, cada brasileiro é dono de R\$ 18.150,00. É claro que o petróleo ainda está no subsolo e, para retirá-lo, são necessários gastos. Mas, o que restar, que não será pouco, ainda irá pertencer a todos os brasileiros. Seus representantes, que foram eleitos com seus votos, querem leiloar este campo no próximo dia 21, ficando a Petrobras com uma parcela obrigatória de 30% e as petrolíferas estrangeiras com a maior parte. Você concorda com isso? A delegação que você deu, ao votar no seu escolhido, incluía ele poder exercer o mandato contra você?

Existem, no Brasil, dois marcos regulatórios para a atividade de exploração e produção de petróleo. O primeiro e mais antigo, caracterizado pela lei 9.478, é válido para todo o Brasil, exceto para a área do Pré-Sal, que é uma área marítima na frente dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O outro marco corresponde à lei 12.351 e é válido somente para a área do Pré-Sal. Este segundo marco traz maiores benefícios para a sociedade brasileira que o primeiro. No entanto, melhor que o segundo marco, é um campo ser entregue inteiramente para a exploração e produção pela Petrobras. A explicação para esta afirmação é porque a atividade petrolífera transfere para o agente, que

a exerce, lucro e poder e não é inteligente abrir mão dos dois, principalmente, para entes estrangeiros.

O leitor pode estar com dúvida, pensando: “Então, por que criaram o primeiro e o segundo marco?” Trata-se de um leitor atento, uma vez que, realmente, a melhor opção para a sociedade brasileira seria ter continuado com o monopólio estatal do petróleo. No meu entendimento, mesmo o modelo do monopólio do passado mereceria uma modificação, que é a criação de um Fundo Social acoplado a ele. Assim, a Petrobras, como executora do monopólio, deveria remeter boa parte do lucro da atividade para este Fundo.

O leitor pode continuar com uma dúvida, pensando: “E por que já não se refez o monopólio? Ou por que não se busca, amanhã, recompor o monopólio?” A resposta é simples: O nosso Congresso é formado por grande número de representantes do capital, que nunca irão aprovar o retorno do monopólio. Eles responderão com argumentos do tipo: “A Petrobras não tem recursos suficientes para explorar o petróleo que o Brasil possui.” Eles têm razão, pois, na velocidade que eles desejam que ocorra a exploração, é verdade. No entanto, a exploração acelerada só serve para as empresas privadas terem muito lucro e os países desenvolvidos conseguirem mais um país exportador, que irá influenciar para baratear o preço do barril.

Neste ponto, nosso leitor curioso pode perguntar: “Então, já que não se pode trazer o monopólio de volta, como entregar Libra para a Petrobras? O que é sugerido?” Se nós somos obrigados a leiloar, vamos leiloar blocos, nos quais não é sabido se existe petróleo, e assim, os contratados irão correr o risco de não encontrar petróleo. Em Libra, não existe um bloco a ser pesquisado e não há o risco de não encontrar petróleo. Por outro lado, temos o respaldo legal para a transferência, pois áreas estratégicas podem ser entregues sem leilão para a Petrobras, que irá assinar um contrato de partilha com a União, seguindo o Artigo 12 da lei 12.351. E mais estratégica que Libra é impossível encontrar.

\* Paulo Metri é conselheiro do Clube de Engenharia



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br  
imprensa@sengerj.org.br

#### PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

#### DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

#### CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos, Leite Sampaio

#### CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

#### JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

# CUT impede votação do projeto da terceirização

Sob pressão policial, sessão que seria realizada no dia 3 de setembro foi adiada

Fonte: CUT-RJ

A sessão que votaria o PL 4330, da terceirização, foi cancelada. “Essa é mais uma vitória dos trabalhadores, da mobilização. Nós impedimos a votação do projeto hoje, mas amanhã o texto pode ser votado, por isso a mobilização continua”, afirmou o presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, em frente ao Congresso Nacional, após o cancelamento. O projeto está na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados onde será votado.

Por volta das 14h30, as polícias militar e legislativa formaram um cordão de isolamento na entrada do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, que dá acesso à CCJ, para impedir a entrada de manifestantes e dirigentes da CUT. Usaram violência, gás de pimenta para barrar a manifestação. Houve tumulto

e correria, e até dirigentes cutistas feridos. Mais cedo, parte dos manifestantes já havia conseguido entrar no plenário do Anexo, que acabou sendo esvaziado. O presidente nacional da CUT deixou o local para tentar liberar cutistas que foram presos durante a manifestação.

O dirigente Sheakespeare Martins de Jesus, diretor executivo da CUT nacional, foi agredido por policiais quando tentava entrar na Câmara, juntamente com outros dirigentes e militantes da Central. “A polícia me empurrou, me jogou no chão. Eu caí, bati a cabeça, levei chutes e pontapés dos policiais”, contou o sindicalista, que foi socorrido por companheiros e não quis ser levado a um serviço médico. O dirigente se diz já acostumado à truculência da Polícia contra manifestações pelos direitos dos trabalhadores.

Após o cancelamento da sessão, diri-



Trabalhadores lutam contra a PL 4330

gentes e a militância da CUT se dirigem ao acampamento montado em frente ao Congresso Nacional por conta da vigília organizada contra a votação do PL 4330, de autoria do deputado Sandro

Mabel (PMDB-GO), que tem apoio dos empresários e amplia a precarização do trabalho terceirizado. Segundo Wagner Freitas, os manifestantes permanecerão acampados no local para acompanhar uma possível votação e pressionar os parlamentares pelo voto contrário ou retirada do projeto da CCJ.

Mais cedo, antes da confusão, Wagner Freitas tentou negociar a entrada de uma representação para acompanhar a sessão da votação do PL 4330.

“O presidente da Câmara baixou regras ditatoriais para que os trabalhadores não possam se manifestar contra o PL 4330, que atropela os direitos com a ampliação da terceirização e da precarização”, disse Graça Costa, secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, ao relatar que o cenário fora e dentro do Congresso era de terror contra os sindicalistas.

## EDUCAÇÃO

### ALERJ aprova relatório da CPI das universidades privadas

Em uma sessão conturbada devido à assembleia e manifestação dos professores do Estado em frente à Alerj, foi aprovado o relatório da CPI das universidades privadas, na íntegra, com apenas uma inclusão.

Dos 3 destaques votados, 2 exclusões e 1 inclusão, somente a inclusão foi aprovada. A emenda aprovada acrescenta um pedido de investigação do Ministério Público para Adenor Gonçalves, acionista majoritário do grupo Galileo.

#### ESTUDANTES OCUPAM REITORIA

Desde o dia 15 de julho, estudantes ocupam a reitoria da Universidade Gama Filho. Os alunos pedem a intervenção do Ministério da Educação (MEC) na universidade e o fim da gestão da administradora Galileo

Educacional. O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) declarou apoio aos estudantes.

O MEC já suspendeu os vestibulares da Gama Filho e da UniverCidade, também administrada pela Galileo Educacional.

Os professores e funcionários da Gama Filho estão em greve desde março pelo atraso de salários. Além disso, a universidade cortou investimentos em infraestrutura, salas, laboratórios. Após o fim do convênio com a Santa Casa da Misericórdia, alunos de medicina denunciavam que as aulas práticas de anatomia tinham que ser realizadas entre os próprios colegas porque não havia pacientes para serem estudados.

## PRESSÃO POPULAR

### Prefeitura decide tombar Escola Friedereich e Aldeia Maracanã

Decisão de Eduardo Paes foi divulgada através de um decreto no dia 12 de agosto

Após intensa pressão popular, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, publicou um decreto que determina o tombamento do antigo Museu do Índio e da Escola Friedereich, que ficam no entorno no Maracanã.

O Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare também foram tombados pelo governador do estado, Sérgio Cabral.

Os espaços estavam ameaçados de demolição no projeto inicial de privatização da administração do Maracanã. A decisão foi tomada após pressão de movimentos sociais, professores, pais de alunos, indígenas, atletas e usuários dos espaços esportivos.

O Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare já eram tombados. No

entanto, na véspera da apresentação do edital de concessão do Maracanã, o prefeito apresentou um decreto anulando os dois tombamentos.

#### PROTESTO

Cerca de 50 manifestantes ocuparam o prédio onde fica a Odebrecht para cobrar o cancelamento da privatização do Maracanã. Com tambores e bandeiras, os ativistas pedem que ela desista de administrar a arena e a devolva ao Estado. A empreiteira é líder do consórcio que ganhou a concorrência pela concessão do estádio, o Maracanã S/A.

Os ativistas pediam que a concessionária desistisse da concessão do estádio. Segundo eles, os planos da empresa para a arena e o seu entorno não favorecem o uso público do Maracanã nem a presença de pessoas mais pobres nos eventos no estádio.

# Realizada audiência de dissídio da Emater-Rio

Juíza decidiu dar cinco dias para a empresa se manifestar com relação ao processo

**E**m audiência realizada no dia 26 de agosto, a juíza da Seção Especializada em Dissídios Coletivos decidiu dar cinco dias para a Emater-Rio se manifestar em relação ao processo de dissídio coletivo. Após isso, os trabalhadores também terão cinco dias para se manifestar.

Os trabalhadores decidiram entrar com dissídio porque o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

2012/2013 dos empregados ainda não foi fechado. A Secretaria de Estado e Planejamento de Gestão (Seplag) não compareceu à mesa-redonda de negociação, em fevereiro deste ano.

Não foi a primeira vez que a Seplag não compareceu à uma reunião de negociação. Os representantes da Secretaria também não estiveram presentes na reunião que seria realizada no dia 27 de novembro de 2012.

## Não foi a primeira vez que a Seplag não compareceu à uma reunião de negociação

Agora vamos levar para a Justiça”, afirma o diretor do Senge-RJ Jorge Antônio da Silva, que vem acompanhando a situação dos trabalhadores da Emater-Rio. “Essa era última tentativa de entrar em um acordo, de

tentar uma negociação, mas não tivemos posição do governo.”

Os funcionários da Emater-Rio ficaram ‘parcialmente’ paralisados entre junho e dezembro de 2012, na luta pelo Plano de Cargos e Salários. Como forma de paralisação os trabalhadores não estavam repassando os relatórios das pesquisas para o governo. A decisão foi tomada em assembleia que reuniu 167 associados. A paralisação foi aprovada por unanimidade.

## Engenheiro, você conhece a ART?

Anotação de Responsabilidade Técnica valoriza o exercício profissional

**A**notação de Responsabilidade Técnica (ART) é uma obrigação legal para todos os engenheiros. Quem é vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), precisa re-

gistrar sua ART no conselho.

O registro é importante para garantir legitimidade jurídica ao projeto e é indispensável em licitações. Além disso, a ART valoriza o exercício profissional e cria o chamado “acervo técnico”,

um documento que é o espelho das realizações e da carreira.

Instituída pela Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, a A.R.T. – Anotação de Responsabilidade Técnica é o instrumento que o Sistema Confea/Crea

tem para registrar as realizações profissionais. O Confea regulamentou a aplicação da Lei nº 6.496, de 1977, através da Resolução nº 425, de 18 de dezembro 1998.

Saiba mais no Crea-RJ!

**art**

## GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



### PERGUNTE AO JURÍDICO

#### O que é dissídio coletivo?

- Dissídios coletivos são ações propostas à Justiça do Trabalho por pessoas jurídicas (Sindicatos, Federações ou Confederações de trabalhadores ou de empregadores) para solucionar questões que não puderam ser solucionadas pela negociação direta entre trabalhadores e empregadores.



• **Participe!** Envie suas dúvidas para: [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

# Senge critica composição atual da CPI dos Ônibus

O Sindicato defende que ela seja composta por vereadores que defenderam sua criação

Claudionor Santana

A diretoria colegiada do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) defende que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes seja composta por parlamentares que assinaram o requerimento para sua criação. A CPI dos ônibus foi proposta pelo vereador Eliomar Coelho (PSol), que participou de uma reunião com diretores do Senge-RJ no dia 19 de agosto.

O objetivo do vereador Eliomar Coelho é apurar indícios de irregularidade nos contratos realizados entre a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e as empresas de Ônibus. Atendendo, inclusive, ao apelo da população que tem realizado uma série de manifestações contra os altos custos e a precariedade do transporte público na cidade.

A diretoria do Sindicato dos Engenheiros defende que a comissão seja reformulada de forma a contemplar vereadores que estejam comprometidos com uma apuração séria e consequente das questões relacionadas ao transporte na cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente, dos cinco parlamentares que compõe a comissão, apenas o vereador Eliomar Coelho (PSol) defendeu a instauração da CPI. Os vereadores Chiquinho Brazão (PMDB), Professor Uóston (PMDB), Jorginho da SOS (PMDB) e Renato Moura (PTC) não assinaram o requerimento para criação da comissão. Chama atenção o fato de que todos compõem a bancada do governo.

Durante a reunião com o vereador Eliomar Coelho, o Senge-RJ declarou seu apoio político e técnico para que a CPI dos ônibus seja conduzida de forma coerente e que



Em frente à Câmara dos Vereadores, manifestantes protestam contra a composição da CPI dos Ônibus, composta por aliados do governo Cabral



Eliomar Coelho, vereador que propôs a CPI

**O Senge-RJ declarou seu apoio político e técnico para que a CPI dos ônibus seja conduzida de forma coerente e que tenha compromisso com a apuração dos fatos**

tenha compromisso com a apuração dos fatos. Os sindicalistas reafirmaram a importância do trabalho conjunto com outras entidades de engenharia, movimentos sociais e universidades para que a CPI resulte na melhora efetiva do transporte do Rio tanto em qualidade quanto em custo.

Em entrevista ao Senge-RJ, Eliomar Coelho afirmou que a proporcionalidade da Comissão não foi respeitada porque a maioria dos membros é da base do governo.

“A proporcionalidade funciona da seguinte forma: o partido que tem o maior número de vereadores indica o primeiro membro. Depois o outro indica o segundo e, dependendo do número de vereadores dos outros partidos, você volta e passa a ter direito a mais uma indicação”, explica Eliomar.

O vereador destacou ainda que a CPI dos Ônibus só foi possível graças às manifestações populares que aconteceram em todo o Brasil no mês de junho.

“Essas manifestações são demandas reprimidas. É um dique, que estava faltando elevação do nível da água. Quando isso aconteceu, o dique rompeu-se e é uma verdadeira avalanche. Muitas dessas reivindicações tratavam de fazer uma CPI de ônibus no Rio de Janeiro. É tanto que tem um movimento que se chama CPI dos ônibus. E a CPI deve ter em mente o sentimento e o desejo do morador do estado do Rio de Janeiro para ter legitimidade”, defendeu ele.

• [Leia a entrevista completa](#) com Eliomar Coelho no site do Senge-RJ [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

# Reajustes salariais no primeiro semestre de 2013<sup>1</sup>

No primeiro semestre de 2013, 84% das negociações coletivas analisadas pelo DIEESE apresentaram resultados cujos reajustes salariais superaram a inflação.

Desde 1996, o DIEESE, por intermédio do seu Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), registra e analisa os reajustes salariais de cerca de 900 negociações coletivas em diversos setores de atividade em todo o país.

As informações preliminares relativas ao primeiro semestre de 2013 mostram que, embora os resultados alcançados tenham se mantido em patamares elevados, ficaram aquém dos verificados em igual período de 2012, indicando que, de modo geral, os trabalhadores continuam conquistando aumentos reais nas negociações coletivas. Convém lembrar que 2012 se destacou como o melhor ano da série, iniciada em 1996.

Das 328 negociações analisadas, travadas em todo o Brasil entre janeiro e junho de 2013, 84,5% registraram reajustes salariais superiores à inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor<sup>2</sup> (INPC), calculado pelo IBGE. No mesmo período do ano anterior, considerando as mesmas negociações coletivas, este percentual chegou a 96%.

Na composição dos 84,5% das negociações analisadas, cujos reajustes superaram o INPC no primeiro semestre de 2013, nada menos que 34,8% apresentaram ganhos variando de 0,01% a 1% acima do índice inflacionário, ante 20,6%, em 2012. Todavia, enquanto naquele ano 46,6% das negociações lograram mais de 2% de aumento real, em 2013, apenas 20,1% das negociações conquistaram aumentos reais desta magnitude. As negociações que superaram o INPC em mais de 4%, em 2012 totalizaram 14,1%, sendo apenas 0,6% aquelas que atingiram iguais resultados em 2013. Nos seis primeiros meses deste ano, as negociações que repuseram apenas a inflação acumulada na data-base corresponderam a 7,0% do total ante 2,8%, no primeiro semestre de 2012, ao passo que as que resultaram em perdas salariais corresponderam a 8,7%, em 2013, diante de apenas 0,9%, em 2012.

## DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES SALARIAIS, EM COMPARAÇÃO COM O INPC-IBGE

Brasil, 2008-2013

VARIAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acima do INPC-IBGE	75,9	78,0	87,2	84,4	96,3	84,5
Mais de 5% acima	0,3	1,8	6,1	2,4	8,3	0,6
De 4,01% a 5% acima	1,2	1,5	3,4	2,4	5,8	0,0
De 3,01% a 4% acima	3,4	2,1	6,4	7,0	4,6	6,7
De 2,01% a 3% acima	6,7	8,2	11,9	10,1	27,9	12,8
De 1,01% a 2% acima	28,7	18,0	24,1	33,9	29,1	29,6
De 0,01% a 1% acima	35,7	46,3	35,4	28,4	20,6	34,8
Igual ao INPC-IBGE	12,2	14,0	8,5	8,0	2,8	7,0
De 0,01% a 1% abaixo	10,7	5,2	3,7	6,4	0,9	8,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,6	0,9	0,0	0,6	0,0	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,3	0,3	0,6	0,0	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	-
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Mais de 5% abaixo	0,3	1,5	0,0	0,0	0,0	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,9	7,9	4,3	7,6	0,9	8,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados somente os reajustes salariais das unidades de negociação com registro em todos os anos da série

Os expressivos resultados de 2012 podem ser explicados, em grande parte, pelo aumento real de 7,5% conferido ao salário mínimo. Como um número expressivo de trabalhadores brasileiros recebem salários concentrados em faixas muito próximas deste referencial, a elevação do piso nacional rebate diretamente nas negociações salariais das diversas categorias. No primeiro semestre de 2012, o aumento real médio para o conjunto das mesmas negociações analisadas foi de 2,26% (maior verificado em toda a série), ante 1,62% em 2010, 1,37% em 2011 e 1,18% em 2013.

Além disso, a redução dos percentuais de ganho real tende a estar relacionada à elevação dos índices necessários para a reposição da inflação, ao longo do primeiro semestre, na comparação

com os anos anteriores, o que se soma à perda de vigor da taxa de crescimento da economia que vinha ocorrendo, até meados do ano passado.

Apesar da inflexão em relação a 2012, os resultados de 2013 não podem ser considerados negativos, dado que em quase 92% das negociações analisadas, os trabalhadores conseguiram ao menos repor o poder de compra da data-base anterior. Tais resultados só não foram melhores que os verificados nos anos de 2010 e 2012, e foram muito semelhantes aos de 2011.

Para o segundo semestre de 2013, alguns indicadores apontam para um cenário mais positivo para as negociações salariais. Dentre eles destacamos a retomada do crescimento da economia brasileira, que avançou 2,6% neste primeiro semes-

tre em relação ao primeiro semestre de 2012; a tendência de queda da inflação, que deve resultar em índices menores nas próximas datas-bases; a desvalorização do real, que eleva a competitividade da produção nacional nos mercados interno e externo; e o impacto positivo que as manifestações populares de junho podem ter nas mobilizações dos trabalhadores.

<sup>1</sup> Este texto faz um resumo da publicação Estudos e Pesquisas n.º 69, publicada em agosto de 2013 pelo DIEESE. Para ler a versão na íntegra, acesse: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2013/estPesq69balNegocia1sem2013.pdf>

<sup>2</sup> O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pesquisa a variação do custo de vida de famílias com rendimentos entre 1 (hum) a 5 (cinco) salários mínimos nas Regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

## ■ PELAS EMPRESAS

### EPE

#### Trabalhadores entregam proposta à empresa

■ Os trabalhadores se reuniram em assembleia no dia 19 de setembro para avaliar a paralisação do dia 18. Foi a primeira vez que os empregados da EPE fizeram uma paralisação. Além disso, os empregados fizeram uma nova proposta para ser entregue à empresa, com as 12 principais reivindicações.

### ONS

#### Sindicatos enviam pauta para Brasília

■ Os sindicatos que representam os trabalhadores do ONS, entre eles o Senge-RJ, enviaram para Brasília a pauta de reivindicações. O objetivo é harmonizar as propostas para que a pauta contemple todos os trabalhadores

### CET-Rio

#### Fechado ACT 2013/2014

■ Foi aprovada, por unanimidade, a contraproposta da empresa para o ACT 2013/2014. Dentre as propostas, a CET-Rio ofereceu reajuste de 6,43% referente ao IPCA entre abril de 2012 e maio de 2013. A correção é a retroativa à abril. Houve também progressão de 5% do nível do PCCS retroativo a julho de 2013.

### Ampla

#### Aprovada manutenção da pauta do ano anterior

■ O Senge-RJ ainda está aguardando a atualização dos índices econômicos para dar início à negociação.

# Fechadas pautas específicas do setor elétrico

Após negociação do Acordo Coletivo nacional das empresas do grupo Eletrobras, Furnas, Eletronuclear, Cepel e Eletrobras fecham pautas específicas

**F**urnas, Eletrobras, Eletronuclear e Cepel fecharam as pautas específicas para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O fechamento aconteceu após o fim da negociação da pauta nacional dos eletricitários. Nas quatro empresas do setor elétrico no Rio de Janeiro, a pauta permaneceu a mesma de 2012. O acordo nacional e o específico têm validade de dois anos.

## ELETOBRAS

● O diretor do Senge-RJ Eduardo Duarte e o representante sindical Roberto Góes explicaram que não houve negociação de pauta específica pelo fato do ACT Específico ter sido encerrado junto com o ACT Nacional por determinação do Juiz Relator na última audiência ocorrida em Brasília.

No entanto, o diretor explica que os trabalhadores continuarão lutando pelas reivindicações incluídas na pauta nacional. Ele citou como exemplos a continuidade da

luta pela redução do número de contratados pelo Artigo 37 da Constituição Federal, que são trazidos por diretores, entram na empresa e que permanecem após a saída dos mesmos, e pela implantação de um ajuste de curva para adequar os salários dos trabalhadores.

Uma plenária informativa foi realizada no dia 20 de agosto, na sede da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel). O representante sindical na empresa, Roberto Góes, esteve presente.

## CEPEL

● Também houve uma reunião entre a empresa e os dirigentes sindicais. O diretor do Senge-RJ Agamenon Oliveira, que esteve presente na reunião, contou que foi discutida a exigência indevida de algumas chefias de pesquisadores fazerem justificativa de faltas e atrasos. De acordo com uma norma do Cepel, os pesquisadores não batem ponto.

Segundo ele, os sindicatos se propuseram a discutir a questão de um banco de horas desde que as horas acumuladas sejam pagas como horas extras.

Outro ponto debatido foi o aumento do valor da alimentação em serviço externo. A empresa ficou de verificar dentro do valor previsto para atualização dos benefícios.

## ELETRONUCLEAR

● Uma reunião foi realizada entre os dirigentes sindicais e a empresa. Durante o encontro, os sindicatos questionaram a empresa de que forma os dias de greve em 2012 seriam devolvidos.

Havia sido decidido que os trabalhadores iriam compensar apenas 50% dos dias parados no ano passado. No entanto, o grupo Eletrobras exigiu que os empregados compensassem 100% dos dias de greve.

Durante a negociação coletiva deste ano, ficou decidido que 50% dos dias parados em

2012 seriam abonados. Caso o trabalhador já tenha compensado a outra metade, as horas excedentes seriam colocadas no banco de horas.

Em relação aos dias parados em 2013, ficou acordado que serão compensados cinco dias da jornada de trabalho. O restante será abonado. No entanto, os trabalhadores ficaram em dúvida de como essa compensação será realizada, tendo em vista os trabalhadores que estavam de férias, de licença ou foram colocados na lista de essenciais durante o período de greve.

## FURNAS

● Uma plenária informativa foi realizada com os trabalhadores para informar os trabalhadores sobre a renovação da pauta do ano passado. O diretor do Senge-RJ Miguel Sampaio esteve presente. As cláusulas econômicas da pauta específica de 2012 foram reajustadas em 6,49%, relativa ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**FUNDOS DE PENSÃO**

## Senge-RJ fecha parceria com a Anapar

• O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) fechou uma importante parceria com a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

A Associação ficará responsável por realizar publicações, estudos e pesquisas sobre a previdência privada, que vão auxiliar os engenheiros a escolher a melhor forma de utilizar a previdência complementar.

Fundada em 24 de maio de 2001, a Anapar é a primeira e única representante, no Brasil, dos associados a entidades de previdência complementar. Saiba mais no site da Associação.

**EVENTO**

## Rio de Janeiro recebe o X ENEDS

• Foi realizado entre os dias 10 e 13 de setembro, o X Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS). Este ano, o evento teve como proposta a discussão de temas como habitação de interesse social, tensões tecnológicas na cadeia produtiva da reciclagem, o papel da tecnologia na transformação das relações de gênero e na radicalização da democracia.

O evento, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), propôs uma interação entre pesquisadores, estudantes universitários e representantes de todos os setores da Economia.

Durante a mesa de abertura, houve uma homenagem ao professor de Engenharia de Produção da UFRJ Miguel de Simoni, que morreu em 2002.

**FEIRA CONSTRUIR 2013**

## Engenheiros visitam estande do Senge-RJ

Claudionor Santana

Em parceria com o Crea-RJ e a Mútua, Sindicato ofereceu palestras técnicas gratuitas

Entre os dias 14 e 17 de agosto, os engenheiros que visitaram a Feira Internacional da Construção, Engenharia e Arquitetura - Construir 2013 puderam conhecer um pouco mais o trabalho do Senge-RJ. O estande do Sindicato recebeu os profissionais que queriam saber mais sobre o Salário Mínimo Profissional (SMP) da categoria e conhecer a história do Senge-RJ.

O espaço foi montado em parceria com o Crea-RJ e a Mútua, caixa de assistência dos profissionais do Crea-RJ.

“Para o Senge-RJ é muito importante participar da Feira Construir. É um evento importante para fortalecer a nossa relação com os engenheiros e convidá-los a se associarem ao Sindicato”, conta o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos.

“Esse espaço em parceria com o Crea-RJ e a Mútua é fundamental para fortalecer as entidades”, defendeu o diretor do Senge-RJ Julio Arruda.



Em parceria com o Crea-RJ e a Mútua, Sindicato ofereceu palestras técnicas gratuitas

## Sindicato lança Perfil do Engenheiro

• No dia 16 de agosto, o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, lançou a pesquisa do Perfil do Engenheiro. A pesquisa foi feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A publicação analisa o perfil dos engenheiros no Rio de Janeiro, estudando aspectos como a formação acadêmica e situação financeira.

Durante o lançamento, Olímpio destacou a importância da pesquisa para entender os engenheiros de hoje. Além disso, afirmou que a enge-

nharia é uma profissão muito bonita. “A engenharia é capaz de transformar a sociedade para o bem das pessoas. Ela nos ajuda a avançar”, afirmou Olímpio.

O Crea-RJ também lançou a Cartilha da Autovistoria, publicação do Conselho que explica a nova lei que torna obrigatória a autovistoria periódica em prédios residenciais e comerciais.

Para o presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro, o tema da Autovistoria diz respeito a todos os cidadãos.

**SEMINÁRIO**

## Lei de uso e ocupação do solo do Rio de Janeiro

• A nova redação de importantes leis urbanísticas do município proposta pelo executivo preocupa universidades e movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade. A necessidade de aprofundar o debate levou o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge/RJ) e a Federação das Asso-

ciações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO) a unirem forças com outras entidades em busca de caminhos que respeitem, de fato, os interesses dos cidadãos e os direitos já adquiridos. Nesta direção, será realizado o seminário Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade do Rio de

Janeiro - Conceitos e Contradições no Dia Mundial do Urbanismo, 8 de novembro, sexta-feira, no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – Senge-RJ (Avenida Rio Branco 277, 17º andar, Metrô Cinelândia), a partir das 14h, com encerramento às 20h 30m e coquetel em seguida.



**Senge-RJ**

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso Especial

9912313246/2012/DR/RJ  
SENGE/RJ

---CORREIOS---



---CORREIOS---